



MONITORLEG

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras Sala 403 - Brasília-DF

CEP: 70.093-900 - Tel.: (61) 3225 4268

www.monitorleg.com.br



Siglas utilizadas para designar comissões do Congresso Nacional

1. **CMO** – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
2. **CM** – Comissão Mista do Congresso Nacional
3. **CPMI** – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Siglas utilizadas para designar comissões da Câmara dos Deputados

1. **CAPADR** – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
2. **CCJC** – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
3. **CCTCI** – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação
4. **CCULT** – Comissão de Cultura
5. **CDC** – Comissão de Defesa do Consumidor
6. **CDEIC** – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
7. **CDHM** – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
8. **CDU** – Comissão de Desenvolvimento Urbano
9. **CE** – Comissão de Educação
10. **CESP** – Comissão Especial
11. **CESPO** – Comissão do Esporte
12. **CFFC** – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
13. **CFT** – Comissão de Finanças e Tributação
14. **CIDOSO** – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
15. **CINDRA** – Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Amazônia
16. **CLP** – Comissão de Legislação Participativa
17. **CMADS** – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
18. **CME** – Comissão de Minas e Energia
19. **CMULHER** – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
20. **CPD** – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
21. **CREDN** – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
22. **CSPCCO** – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
23. **CSSF** – Comissão de Seguridade Social e Família
24. **CTASP** – Comissão de Administração e Serviço Público
25. **CTur** – Comissão de Turismo
26. **CVT** – Comissão de Viação e Transportes
27. **SUBC** – Subcomissão
28. **GT** – Grupo de Trabalho
29. **CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

Siglas utilizadas para designar comissões do Senado Federal

1. **CAE** – Comissão de Assuntos Econômicos
2. **CAS** – Comissão de Assuntos Sociais
3. **CCJ** – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
4. **CCT** – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
5. **CDH** – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
6. **CDR** – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
7. **CE** – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
8. **CESP** – Comissão Especial
9. **CI** – Comissão de Serviços de Infraestrutura
10. **CMA** – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
11. **CRA** – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
12. **CRE** – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
13. **CSF** – Comissão Senado do Futuro
14. **CTG** – Comissão de Transparência e Governanças Pública
15. **SUBC** – Subcomissão
16. **GT** – Grupo de Trabalho
17. **CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

O relatório do Monitor Legislativo traz um quadro sintético com as informações mais relevantes da proposição, quais sejam:

- | | | |
|---|------------------------------------|---|
| 1. Identificação da proposição (n.º / ano) | 1. Tema (temática da proposição) | 1. Despacho Atual (síntese de etapas da tramitação) |
| 2. Autor | 2. Subtema (subtema da proposição) | 2. Histórico de Tramitação (pareceres já deliberados) |
| 3. Categoria | 3. Ementa (ementa da proposição) | 3. Situação Atual (atual estágio de tramitação) |
| a. Crítica: proposições com maior grau de relevância – prioridade 0 | 4. Resumo (resumo da proposição) | 4. Próximo Passo (próxima etapa de tramitação) |
| b. Prioridade: proposições importantes – prioridade 1 | | |
| c. Monitorada: proposições apenas monitoradas – prioridade 2 | | |
| d. Extra: proposições inseridas pela assessoria através das prospecções semanais – prioridade 3 | | |

Proposição/Autor	Tema / Área de Interesse / Ementa / Resumo	Despacho Atual / Histórico / Situação Atual / Próximos Passos
<p>PEC 71/1995 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Jovair Arantes (PSDB/GO)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p> <div data-bbox="103 496 389 719" style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>Proposições Apensadas:</p> <p>PEC 179/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>PEC 277/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> </div>	<p>Tema: Sindical / Contribuição Sindical</p> <p>Ementa: Dá nova redação ao art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal.</p> <p>Resumo: Proíbe o desconto de qualquer contribuição dos não filiados a associação ou sindicato, eliminando dessa forma a contribuição sindical prevista em lei e qualquer outra contribuição arbitrariamente imposta aos integrantes de categoria econômica ou profissional não associados.</p>	<p>Despacho Atual: 23/05/1995 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p>Situação Atual: 05/04/2017 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Sérgio Zveiter (PMDB/RJ) /</p> <p>Próximos Passos: Comissão Especial</p>



**PLP 248/1998 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Poder Executivo

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Demissão por insuficiência de desempenho

Ementa: Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências.

Resumo: Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 41 e no art. 247 da Constituição, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável da seguinte forma: o servidor estável poderá ser demitido, com direito ao contraditório e a ampla defesa, se receber: a) dois conceitos sucessivos de desempenho insuficiente; ou b) três conceitos de desempenho insuficiente no período de cinco anos.

Despacho Atual: 19/04/2000 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de C C J C - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

09/10/2007 - CTASP / Dep. Luciano Castro (PR/RR) / [Parecer contrário às Emendas do Senado Federal.](#)

15/04/2002 - CTASP / Dep. Luciano Castro (PR/RR) / [Parecer favorável à proposição, com substitutivo.](#)

22/11/2000 - C C J C / Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) / [Parecer pela constitucionalidade das Emendas do Senado Federal.](#)

Situação Atual: 28/09/2011 - PLEN / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / A proferir

Próximos Passos: Sanção Presidencial

**PEC 129/2003 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Maurício Rands (PT/PE)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Negociação Coletiva na Administração Pública

Ementa: Altera o art. 37 da Constituição Federal estendendo o direito à negociação coletiva aos servidores públicos.

Resumo: Garante a negociação coletiva ao servidor público civil, bem como a livre associação sindical e a negociação coletiva, devendo a hipótese de acordo decorrente desta última ser aprovada pelos respectivos Poderes Legislativos.

Despacho Atual: 27/08/2003 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

20/10/2004 - CCJC / Dep. Sigmaringa Seixas (PT/DF) / [Pela constitucionalidade da proposição e da PEC 251/2004, apensada.](#)

Situação Atual: 19/02/2015 - CESP / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (/) /

Próximos Passos: Plenário



**PEC 555/2006 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Carlos Mota (PSB/MG)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Previdência / Servidores Públicos / Fim da Contribuição dos Servidores Inativos

Ementa: Revoga o art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Resumo: Revoga a contribuição dos servidores inativos. O substitutivo aprovado na Comissão Especial estabelece isenção gradual de 20% por ano, a partir dos 61 anos de idade, para os servidores públicos aposentados. Deste modo, a isenção plena ocorrerá aos 65 anos de idade. Além disso, o substitutivo isenta a contribuição para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente.

Despacho Atual: 13/07/2006 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

14/07/2010 - CESP / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) / Favorável à proposição, [com substitutivo](#).

03/10/2007 - CCJC / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) / [Favorável à admissibilidade da proposição e da PEC 152/2007](#), apensada.

Situação Atual: 28/05/2016 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) / Parecer não informado

Próximos Passos: Plenário

**PEC 89/2007 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

João Dado (PDT/SP)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Teto Remuneratório

Ementa: Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Resumo: O substitutivo aprovado na comissão especial prevê que, caso o servidor público federal, estadual, ou municipal tenha mais de um vencimento, seja por acumulação de cargos, aposentadoria ou pensão, poderá receber mais que o limite superior estipulado, que é o subsídio integral dos ministros do Supremo Tribunal Federal

Despacho Atual: 05/07/2007 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

02/12/2009 - CESP / Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE) / [Favorável à proposição, com substitutivo](#).

19/09/2007 - CESP / Dep. Sérgio Brito (PSD/BA) / [Favorável à admissibilidade da proposição](#).

Situação Atual: 04/08/2015 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Dep. A Designar (/) /

Próximos Passos: Plenário



**PEC 377/2009 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Andreia Zito (PSDB/RJ)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Permanência no Serviço Público

Ementa: Dá nova redação ao art. 40, § 1º, da Constituição, para incluir as letras "a" e "b" no inciso II, que tratará da excepcionalidade na aposentadoria compulsória no serviço público.

Resumo: Permite aos servidores públicos continuar trabalhando após completarem 70 anos. Pela Constituição, ao atingirem essa idade os servidores são aposentados compulsoriamente. A proposta condiciona a permanência no trabalho ao interesse da administração pública e à realização de exames semestrais para atestar a capacidade laboral do servidor. Se os testes mostrarem perda de competência para o trabalho, o funcionário será automaticamente aposentado.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / A proposição foi arquivada no fim da legislatura passada e não foi apresentado requerimento de desarquivamento.

Próximos Passos: Localização não informada

**PEC 418/2009 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Andreia Zito (PSDB/RJ)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Abono de Permanência aos Servidores em Atividade

Ementa: Acrescente-se o seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único, para § 1º, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

Resumo: A PEC beneficia os servidores da União, dos estados e dos municípios enquadrados na Emenda Constitucional 47, de 2005. São servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 e ganharam o direito de se aposentar com proventos integrais, mas que não foram contemplados com a opção de abono de permanência prevista na Emenda 41, de 2003. Segundo a PEC, o valor do abono será equivalente ao da contribuição previdenciária. O abono valerá, no máximo, até que o servidor complete as exigências para aposentadoria compulsória. A PEC tem efeitos retroativos, com validade desde 2003.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / A proposição foi arquivada no fim da legislatura passada e não foi apresentado requerimento de desarquivamento.

Próximos Passos: Localização não informada

**PDC 649/2012 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Ademir Camilo (PSD/MG)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Subsistema de Relações de Trabalho

Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal."

Resumo: Anula o decreto do governo federal que disciplina as negociações de conflitos trabalhistas no Poder Executivo federal. O Decreto 7.674 atribui ao Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal (SISRT) a responsabilidade por organizar o processo de diálogo e a negociação de condições de trabalho entre as autoridades federais e os servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Segundo o decreto, o SISRT é formado por um órgão central, vinculado ao Ministério do Planejamento; por órgãos setoriais (departamentos ministeriais responsáveis pelas instâncias setoriais de negociação permanente); e por órgãos seccionais (departamentos de autarquias e fundações responsáveis pelas instâncias seccionais de negociação permanente). Entre outras atribuições, cabe ao órgão central atuar na interlocução com os servidores públicos; registrar, em conjunto com as entidades representativas, os consensos do processo negocial; e organizar e manter atualizado cadastro nacional das entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais. Já os órgãos setoriais deverão participar da formulação de medidas para a solução dos conflitos envolvendo seus servidores.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Histórico de Tramitação:

09/12/2015 - Localização não informada / Relator não informado / CTASP: Aprovado o parecer do Deputado Erivelton Santana (PSC/BA), contrário à proposição.

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Relator: a designar

Próximos Passos: Localização não informada

**PL 3287/2012 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Zeca Dirceu (PT/PR)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Cadastro Nacional de Servidores Demitidos

Ementa: Cria o Cadastro Nacional de Servidores Demitidos - CNSD e dá outras providências.

Resumo: Institui o Cadastro Nacional de Servidores Demitidos, CNSD, a ser gerido por órgão a ser definido em regulamentação do Poder Executivo da União. De acordo com a proposta, o cadastro conterá a identificação do ex-servidor; dispositivos legais que justificaram sua demissão ou destituição do cargo em comissão ou função comissionada, inclusive cópia do processo administrativo e judicial, se houver, e a data da demissão. A autoridade pública responsável pelo ato de demissão deverá preencher o cadastro e poderá incluir outras informações que julgar relevantes. O projeto acrescenta dispositivos à Lei 8.429/1992, que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Histórico de Tramitação:

25/03/2015 - Localização não informada / Relator não informado / CTASP: Aprovado o parecer da Deputada Gorete Pereira (PR/CE), favorável à proposição, com substitutivo.

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Relator: Deputado Décio Lima (PT/SC)
Parecer: Pela constitucionalidade e, no mérito, favorável à proposição nos termos do Substitutivo da CTASP

Próximos Passos: Localização não informada

PEC 22/2007 - SENADO

Paulo Paim (PT/RS)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Previdência / Reajuste das aposentadorias e pensões

Ementa: Estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões concedidas no âmbito dos regimes próprios de previdência social destinados aos servidores públicos.

Resumo: Estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões concedidas no âmbito dos regimes próprios de previdência social destinados aos servidores públicos.

Despacho Atual: 10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 11/03/2015 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. José Pimentel (PT/CE) / [Contrário à proposição](#)

Próximos Passos: Plenário

PEC 36/2008 - SENADO

Paulo Paim (PT/RS)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Relações de Trabalho / Paridade de pensões

Ementa: Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Resumo: Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Despacho Atual: 10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

03/12/2008 - CCJ / Sen. Expedito Jr. (PSDB/RO) / Favorável à proposição, com substitutivo.

Situação Atual: 12/03/2015 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Relator não informado / Parecer não informado

Próximos Passos: Plenário

PEC 55/2009 - SENADO	Tema: Previdência / Servidores Públicos	Despacho Atual: 11/03/2015 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Ementa: Altera o art. 40 da Constituição Federal para eliminar a incidência de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e as pensões pagos pelo regime especial de previdência dos servidores públicos.	Situação Atual: 11/03/2015 - ARQ / Arquivada / Relator não informado / Proposição arquivada ao final da 54ª Legislatura.
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Exclui a incidência da contribuição sobre proventos de aposentadorias e as pensões concedidos pelo Regime de Previdência do servidor público, mediante a alteração do § 18 do art. 40 da Constituição Federal.	Próximos Passos: Arquivo
PEC 20/2012 - SENADO	Tema: Servidores Públicos / Contratação de Servidores	Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Ementa: Altera o art. 37 da Constituição Federal para estabelecer restrições à contratação de servidores públicos.	Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Relator: Senador Humberto Costa (PT/PE) Parecer: favorável à proposição, com três emendas
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: A proposta inclui restrições de acesso aos cargos, empregos e funções públicas aos brasileiros e aos estrangeiros, tais como: aos que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos, ou do cumprimento da pena por crimes: contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, sistema financeiro, mercado de capitais; contra o meio ambiente e saúde pública; contra a lei eleitoral; de abuso de autoridade; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, de racismo tortura e outros; prevê também, entre as exceções, os ex-detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional federal, estadual, distrital ou municipal, que beneficiaram a si ou a terceiros, pelo abuso do poder administrativo, econômico ou político; e os condenados com a suspensão dos direitos políticos que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da data da decisão, condenação ou do trânsito em julgado. Altera a redação do inciso V do art. 37 da Constituição Federal para prever que as restrições do inciso I também são aplicadas às funções de confiança, que devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo; e aos cargos em comissão, cujo total não pode ultrapassar a 0,1% do total de cargos de provimento efetivo do órgão, exceto nos caso de atividade político-parlamentar exercida no âmbito do Poder Legislativo, exclusivamente a atribuições de assessoramento, e que devem ter pelo menos 30% do seu total preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo. As restrições ao provimento de cargos, empregos e funções públicas constantes desta Emenda Constitucional tem aplicabilidade imediata.	Próximos Passos: Localização não informada



PLS 366/2012 - SENADO	Tema: Sindical / Eleição de Dirigente Sindical	Despacho Atual: 16/10/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Ivo Cassol (PP/RO)	Ementa: Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais.	Situação Atual: 27/02/2015 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. Magno Malta (PR/ES) / Contrário à proposição
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Estabelece que para concorrer a cargo público eletivo, os dirigentes sindicais deverão se afastar dos respectivos mandatos até dois anos antes do pleito	Próximos Passos: Plenário
PEC 434/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Previdência / Aposentadoria por invalidez / Servidores Públicos	Despacho Atual: 18/11/2014 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Andreia Zito (PSDB/RJ)	Ementa: Dá nova redação ao inciso I § 1º do art. 40 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Situação Atual: 16/12/2014 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Remetida ao Senado Federal onde tramita como PEC 56/2014.
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Garante proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente, independentemente do tipo de doença	Próximos Passos: Senado Federal
PEC 445/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Servidores Públicos / Parâmetros Remuneratórios	Despacho Atual: 22/12/2014 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Cleber Verde (PRB/MA)	Ementa: Acrescenta os incisos XXIII e XXIV, do artigo 37 da Constituição Federal fixando parâmetros para a remuneração da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.	Histórico de Tramitação: 25/08/2015 - CCJC / Dep. Lincoln Portela (PRB/MG) / Pela admissibilidade.
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Estabelece que o subsídio do grau ou nível máximo da Carreira de Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal não será inferior a 80,25% do subsídio mensal, em espécie, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como estabelece que a remuneração inicial dessas carreiras não será fixada em valor inferior a 57% da remuneração máxima. No dia 18/12/2014, o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) apresentou o Requerimento 10.951/2014 solicitando a apensação (tramitação em conjunto) da PEC 445/2014 à PEC 443/2009, que versa sobre os parâmetros remuneratórios dos advogados e defensores públicos, bem como para os delegados da polícia federal e civil dos estados e do Distrito Federal.	Situação Atual: 31/05/2016 - CESP / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado
		Próximos Passos: Plenário



**PL 8125/2014 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Desobediência à ação policial

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de criar os tipos penais de resistência à ação policial, desobediência à ordem policial e de desacato à autoridade policial.

Resumo: Tipifica como crimes a resistência à ação policial e a desobediência à ordem policial.

Despacho Atual: 26/11/2014 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 31/05/2016 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Marcos Rogério (DEM/RO) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo](#)

Próximos Passos: Plenário

**PL 7951/2014 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Renato Simões (PT/SP)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Revoga a Lei de Segurança Nacional

Ementa: Concede anistia, anula e revoga condenações, ações penais e inquéritos policiais contra pessoas e lideranças dos movimentos sociais, sindicais e estudantis que participaram de greves, ocupações de fábricas, ocupações de terras, ocupações de escolas, manifestações e atividades públicas, revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN) e dá outras providências.

Resumo: Concede anistia, anula e revoga condenações, ações penais e inquéritos policiais contra pessoas e lideranças dos movimentos sociais, sindicais e estudantis que participaram de greves, ocupações de fábricas, ocupações de terras, ocupações de escolas, manifestações e atividades públicas, entre 05 de outubro de 1988 e a publicação da lei, bem como revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN).

Despacho Atual: 03/10/2014 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

25/10/2016 - CSPCCO / Dep. Laudívio Carvalho (SD/MG) / [Pela rejeição](#)

Situação Atual: 31/10/2016 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

Próximos Passos: Plenário

**PL 7960/2014 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Félix Mendonça Júnior
(PDT/BA)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Registro e posse de arma de fogo

Ementa: Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".

Resumo:

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / **PL 3941/2004 (Principal)**

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

Relator: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Parecer: a definir

Próximos Passos: Localização não informada

**PL 7961/2014 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

William Dib (PSDB/SP)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Crime contra o policial

Ementa: Altera os artigos 1º e 2º da lei de nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime contra policial e demais agentes públicos que tenham funções essenciais à justiça, seus quadros auxiliares, e dá outras providências.

Resumo:

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Proposição foi arquivada por ter sido declarada prejudicada.

Próximos Passos: Localização não informada

**PL 870/2015 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

Rogério Peninha Mendonça
(PMDB/SC)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Sindical / Extingue a contribuição sindical

Ementa: Revoga o Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da contribuição sindical.

Resumo: Revoga todos os dispositivos que tratam da contribuição sindical. Extingue a contribuição sindical.

Despacho Atual: 27/01/2010 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 24/05/2016 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Lucas Vergilio (SD/GO) / Proposição foi apensada ao PL 6706/2009.

Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

Proposições Apensadas:

PL 5244/2016 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

Proposição Principal:

PL 6706/2009 - CÂMARA DOS
DEPUTADOS



<p>PL 1401/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Expedido Netto (SD/RO)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Segurança / Porte de arma em aglomerações</p> <p>Ementa: Acrescenta os §§ 1º-D e 1º-E ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento - para proibir determinadas categorias profissionais a portar arma de fogo em locais de grande aglomeração quando fora de serviço.</p> <p>Resumo: Profibe determinadas categorias profissionais de portar arma de fogo em locais de grande aglomeração quando fora de serviço.</p>	<p>Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p>Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / PL 3722/2012 (Principal) Comissão Especial (CESP) Relator: Deputado Laudívio Carvalho (PMDB/MG) Parecer: Pela constitucionalidade, adequação financeira e, no mérito, favorável à proposição principal e a alguns apensados, entre eles, o PL 1401/2015</p> <p>Próximos Passos: Localização não informada</p>
<p>PL 1745/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Fábio Reis (PMDB/SE)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Segurança / Atuação da PRF</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação, em proveito da Polícia Rodoviária Federal, de receita decorrente de apreensão, remoção e/ou guarda de veículos e animais realizadas em rodovias federais.</p> <p>Resumo: Designa e destina à Polícia Rodoviária Federal, receitas decorrente de apreensão, remoção e/ou guarda de veículos e animais realizadas em rodovias federais.</p>	<p>Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p>Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / A proposição foi apensada ao PL 8085/2014.</p> <p>Próximos Passos: Localização não informada</p>
<p>PLS 397/2015 - SENADO</p> <p>Antonio Anastasia (PSDB/MG)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Servidores Públicos / Negociação coletiva / Regulamentação da Convenção 151 da OIT</p> <p>Ementa: Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Resumo: Regulamenta a Convenção 151 da OIT, que estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>Despacho Atual: 15/09/2015 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p>Histórico de Tramitação:</p> <div data-bbox="1335 1038 2134 1126" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>11/11/2015 - CESP / Sen. Douglas Cintra (PTB/PE) / Favorável à proposição, com duas emendas.</p></div> <p>Situação Atual: 03/12/2015 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado /</p> <p>Próximos Passos: Câmara dos Deputados</p>



PLS 391/2015 - SENADO	Tema: Segurança / Número mínimo de policiais	Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa
Wilder Moraes (DEM/GO)	Ementa: Regulamenta o § 7º do art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre número mínimo de policiais em atividade por habitante; percentual mínimo de policiais em atividades-fim, inclusive policiamento rural; e cargas horárias mínimas de treinamento e prática de atividades físicas para policiais.	Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Dispõe sobre número mínimo de policiais em atividade por habitante; percentual mínimo de policiais em atividades-fim, inclusive policiamento rural; e cargas horárias mínimas de treinamento e prática de atividades físicas para policiais.	Relator: à designar
		Próximos Passos: Localização não informada
PEC 102/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Servidores Públicos / Parâmetros remuneratórios	Despacho Atual: 21/07/2015 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Gilberto Nascimento (PSC/SP)	Ementa: Estabelece parâmetros para a fixação de subsídio dos integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e IV, Capítulo IV, Título IV, da Constituição Federal, bem como dos cargos de Delegado de Polícia Federal, Delegado de Polícia Civil, Auditor-Fiscal da Receita Federal e Auditor-Fiscal do Trabalho.	Situação Atual: 06/10/2015 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) / Pela admissibilidade da proposição
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: A PEC possui redação semelhante ao substitutivo do então Deputado Mauro Benevides (PMDB/CE) à PEC 443/2009, contudo, acrescenta as carreiras de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Auditor-Fiscal do Trabalho na redação. Por fim, estabelece o seguinte escalonamento para sua implementação: no âmbito da União, a implementação ocorrerá a partir do segundo e até o quarto exercício financeiro após sua publicação; e no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir do terceiro e até o quinto exercício financeiro.	Próximos Passos: Comissão Especial
PEC 96/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Servidores Públicos / Parâmetros remuneratórios	Despacho Atual: 13/03/2013 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Guilherme Mussi (PP/SP)	Ementa: Acrescenta o § 11 ao art. 144 da Constituição Federal para dispor sobre o subsídio do nível máximo do cargo de Delegado de Polícia Federal.	Situação Atual: 04/08/2015 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição foi apensada ao PEC 240/2013.
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Determina que o subsídio do nível máximo do cargo de Delegado de Polícia Federal será equivalente ao subsídio dos Deputados Federais.	Próximos Passos: Comissão Especial
Proposição Principal: PEC 240/2013 - CÂMARA DOS DEPUTADOS		



<p>PL 1214/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Cabo Sabino (PR/CE)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Segurança / Isenção de imposto para equipamentos de segurança</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de armas de fogo, de munição, de vestuário profissional, de colete balístico, de automóveis e de blindagem de veículos pelas pessoas que especifica.</p> <p>Resumo: Concede aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.</p>	<p>Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p>Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / PL 2319/2007</p> <p>Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Relator: Deputado Manoel Junior (PMDB/PB) Parecer: a definir</p> <p>Próximos Passos: Localização não informada</p>
<p>PEC 36/2015 - SENADO</p> <p>José Medeiros (PPS/MT)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Servidores Públicos / Subsídio como remuneração</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal para disciplinar a aplicação do subsídio como espécie remuneratória.</p> <p>Resumo: Altera a Constituição Federal para disciplinar a aplicação do subsídio como espécie remuneratória.</p>	<p>Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p>Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Relator: a designar</p> <p>Próximos Passos: Localização não informada</p>
<p>PL 2598/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Silas Brasileiro (PMDB/MG)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Segurança / Bloqueio viário policial</p> <p>Ementa: Regula a execução de bloqueio viário policial.</p> <p>Resumo: Regula a execução de bloqueio viário policial.</p>	<p>Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p>Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) Relator: Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP) Parecer: a definir</p> <p>Próximos Passos: Localização não informada</p>



**PEC 549/2006 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Amaldo Faria de Sá (PTB/SP)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Parâmetros Remuneratórios

Ementa: Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.

Resumo: Vincula o subsídio dos delegados de polícia ao dos membros do Ministério Público.

Despacho Atual: 07/06/2006 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

12/09/2007 - CESP / Dep. Régis de Oliveira (PSC/SP) / [Favorável à proposta.](#)

12/06/2007 - CCJC / Dep. Régis de Oliveira (PSC/SP) / [Pela admissibilidade da proposta.](#)

Situação Atual: 05/03/2015 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Dep. A Designar (/) /

Próximos Passos: Plenário

**PL 6132/2005 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Gonzaga Patriota (PSB/PE)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Exclui competência do Órgão Executivo Rodoviário

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para definir a competência do órgão executivo rodoviário da União, em termos de fiscalização de trânsito.

Resumo: Institui o Código de Trânsito Brasileiro, para definir a competência do órgão executivo rodoviário da União, em termos de fiscalização de trânsito.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Histórico de Tramitação:

13/05/2015 - Localização não informada / Relator não informado / CVT: **Aprovado por unanimidade o parecer com complementação de voto, do Deputado Hugo Leal (PROS/RJ), favorável à proposição, com substitutivo.**

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Relator: Dep. Altineu Côrtes (PR/RJ)

Parecer: Pela inconstitucionalidade da proposição e do Substitutivo da CVT

Próximos Passos: Localização não informada

**PEC 248/2004 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Mauro Lopes (PMDB/MG)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Atribuição da PRF

Ementa: Altera a redação do art. 144, parágrafo 2º, da Constituição Federal, dispondo sobre a Polícia Rodoviária Federal.

Resumo:

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Histórico de Tramitação:

10/06/2014 - Localização não informada / Relator não informado / CCJC: Aprovado o parecer do Deputado Lincoln Portela (PR/MG), pela admissibilidade da proposição e pela inadmissibilidade da PEC 81/2007, apensada.

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão Especial (CESP)
Relator: a designar

Próximos Passos: Localização não informada

**PEC 534/2002 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Senado Federal - ROMEU
TUMA (PFL/SP)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Competências da guarda municipal e criação da guarda nacional

Ementa: Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional.

Resumo: Estabelece que os Municípios poderão constituir guardas municipais e que compete à União criar e manter a guarda nacional. Proposição oriunda do Senado Federal, que lá tramita sob a forma de PEC 87/2009.

Despacho Atual: 03/10/2005 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

26/10/2005 - CESP / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) / [Favorável à proposição, com emenda supressiva, e contrário às proposições apensadas.](#)

26/06/2002 - CCJC / Dep. Léo Alcântara (PR/CE) / [Pela constitucionalidade da proposição e de suas apensadas.](#)

Situação Atual: 03/08/2016 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) / Parecer não informado

Próximos Passos: Plenário

Proposições Apensadas:

PEC 449/2001 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

PEC 181/2003 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS



**PEC 127/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Reginaldo Lopes (PT/MG)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Conselho Nacional de Polícia

Ementa: Acrescenta dispositivos à Constituição Federal para permitir que a União defina normas gerais sobre segurança pública, cria o Conselho Nacional de Polícia, a ouvidoria de polícia, estabelece o ciclo completo da ação policial e dá outras providências.

Resumo: Permite que a União defina normas gerais sobre segurança pública, cria o Conselho Nacional de Polícia, a ouvidoria de polícia, estabelece o ciclo completo da ação policial e dá outras providências.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / PEC 430/2009 (Principal)
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Relator: Deputado Raul Jungmann (PPS/PE)
Parecer: Pela admissibilidade da proposição e das apensadas

Próximos Passos: Localização não informada

**PL 3016/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Laercio Oliveira (SD/SE)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Sindical / Empresas com múltiplas atividades

Ementa: Modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Resumo: Orienta a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.

Despacho Atual: 24/09/2015 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

Histórico de Tramitação:

11/04/2017 - CDEICS / Dep. Augusto Coutinho (SD/PE) /
[Favorável à proposição.](#)

Situação Atual: 12/04/2017 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

Próximos Passos: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PEC 138/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Senado Federal

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Segurança pública/ Competências comuns da União, dos Estados e dos Municípios

Ementa: Altera os arts. 21, 23, 24 e 109 da Constituição Federal para acrescentar a segurança pública às competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Resumo: Altera os artigos 21, 23, 24 e 109 da CF, para acrescentar a segurança pública às competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A proposição é oriunda do Senado Federal, onde tramita sob a forma de PEC 33/2014.

Despacho Atual: 28/09/2015 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

21/06/2016 - CCJC / Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA) / [Pela admissibilidade da proposição.](#)

Situação Atual: 21/06/2016 - CESP / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (/) /

Próximos Passos: Plenário

**PEC 139/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Poder Executivo

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Extinção do Abono Permanência do Servidor

Ementa: Revoga o § 19 do art. 40 da Constituição e o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Resumo: Revoga o § 19 do art. 40 da Constituição federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, extinguindo o abono de permanência criado pela referida Emenda Constitucional.

Despacho Atual: 28/09/2015 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 06/05/2016 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

Próximos Passos: Comissão Especial

**PL 3123/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Poder Executivo

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Regulamentação do teto remuneratório na administração pública / Extrateto

Ementa: Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição.

Resumo: Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos.

Despacho Atual: 24/02/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

24/11/2015 - CCJC / Dep. André Fufuca (PP/MA) / [Parecer](#) pela constitucionalidade da proposição, com emendas, na forma do Substitutivo da CTASP e pela inconstitucionalidade das emendas 5, 13 e 15.

11/11/2015 - CTASP / Dep. Lucas Vergílio (SD/GO) / [Parecer](#) favorável à proposição, com emendas, na forma de um substitutivo.

Situação Atual: 01/06/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Dep. A Designar (/) /
Pela aprovação do projeto original nos termos do [substitutivo](#) do então relator, deputado Ricardo Barros (PP/PR), bem como pela inadequação financeira e orçamentária do substitutivo da CTASP. [Quanto às emendas](#) de Plenário, conclui pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 18, 19, 22, 27, 28, 29, 30 e 32; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário de nºs 23, 24, 26 e 31; e, no mérito, pela aprovação integral das Emendas de nºs 28, 29 e 32; e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 18, 19, 22 e 27, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada, e pela rejeição da Emenda de nº 30.

Observação: a fase de discussão em plenário já foi encerrada.

Próximos Passos: Senado Federal

**PL 3600/2015 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Laerte Bessa (PR/DF)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Segurança / Isenção de tributos em armas

Ementa: Dispõe sobre a isenção de tributos por parte de Policiais, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e Policiais Legislativos da Câmara dos Deputados e Senado Federal, na aquisição de armas, munições e artefatos afins, de fabricação nacional e importados, e dá outras providências.

Resumo: Dispõe sobre a isenção de tributos por parte de Policiais, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e Policiais Legislativos da Câmara dos Deputados e Senado Federal, na aquisição de armas, munições e artefatos afins, de fabricação nacional e importados.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Relator: Deputado Manoel Junior (PMDB/PB)

Parecer: a definir

Próximos Passos: Localização não informada

**PLP 257/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Poder Executivo

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Relações Federativas / Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal / Reforma fiscal / Servidores Públicos

Ementa: Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

Resumo: Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. O projeto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal e impõe uma série de exigências fiscais como condição para adesão ao plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal. Para ter direito ao refinanciamento da dívida com o acréscimo de até 240 meses ao prazo total, que poderá chegar a 360 meses, e redução de 40% no valor das prestações por 24 meses, o projeto exige, como contrapartida, que os entes federativos, no prazo de 180 dias da assinatura dos termos aditivos contratuais, sancionem e publiquem leis determinando a adoção, durante os 24 meses subsequentes, das seguintes medidas: a) o corte de 10% das despesas mensais com cargos de livre provimento, b) a não concessão de aumento de remuneração dos servidores a qualquer título, c) a suspensão de contratação de pessoal, exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa, e d) a vedação de edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira.

Despacho Atual: 14/12/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

20/12/2016 - PLEN / Dep. Esperidião Amin (PP/SC) / Aprovada a Redação Final.

30/08/2016 - PLEN / Dep. Esperidião Amin (PP/SC) / Aprovado em plenário parecer da CTASP, da CFT e da CCJC. Pela aprovação com substitutivo, com emenda aglutinativa. [Redação Final](#)

Situação Atual: 22/12/2016 - ARQ / Transformada em norma jurídica / Relator não informado / Lei Complementar 156/2016

Próximos Passos: Arquivo



**PL 4814/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Rocha (PSDB/AC)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposição Principal:
PL 6706/2009 - CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Tema: Sindical / Proíbe a utilização de recursos das centrais sindicais em atividades político-partidárias

Ementa: Altera os artigos 553, 557 e 593, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Resumo: Proíbe a utilização de recursos destinados às centrais sindicais em atividades político-partidárias ou de apoio a agremiações partidárias.

Despacho Atual: 05/04/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

01/12/2015 - CTASP / Dep. Laercio Oliveira (SD/SE) / Parecer pela rejeição deste, da Emenda 1/2009 ao PL 5996/2009 da CTASP, da Emenda 2/2009 ao PL 5996/2009 da CTASP, do PL 2204/2015, do PL 5193/2009, do PL 5401/2009, do PL 5622/2009, do PL 6952/2010, do PL 7247/2010, do PL 3166/2012, do PL 2189/2015, do PL 5684/2009, do PL 5996/2009, do PL 1989/2011, do PL 4430/2008, do PL 804/2011, do PL 870/2015, do PL 5499/2013, do PL 8060/2014, do PL 2871/2015, do PL 4797/2012, do PL 144/2015, e do PL 3069/2015, apensados, com substitutivo, e pela aprovação do PL 6708/2009, e do PL 1689/2011, apensados.

Situação Atual: 24/05/2016 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Lucas Vergilio (SD/GO) / Parecer não informado

Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

**RIC 1674/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Ronaldo Nogueira (PTB/RS)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Informações sobre a distribuição de PRFs

Ementa: Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca da situação da distribuição de policiais rodoviários federais.

Resumo: Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca da situação da distribuição de policiais rodoviários federais.

Despacho Atual: Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa

Situação Atual: Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Mesa Diretora (MESA)

Relator: Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

Parecer: Favorável à proposição

Próximos Passos: Localização não informada



**PL 4977/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Alberto Fraga (DEM/DF)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposições Apensadas:

PL 5150/2016 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

PL 5479/2016 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

PL 7419/2017 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

PL 7709/2017 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

Tema: Sindical / Prestação de contas de entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União

Ementa: Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Resumo: Estabelece que os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e as centrais sindicais deverão prestar contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que porventura venham a receber.

Despacho Atual: 26/04/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

Situação Atual: 07/06/2017 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Fábio Mitidieri (PSD/SE) /

Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

PEC 19/2016 - SENADO

José Maranhão (PMDB/PB)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Vantagens remuneratórias a servidores policiais

Ementa: Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.

Resumo: Assegura aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.

Despacho Atual: 14/04/2016 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 10/08/2016 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Antonio Anastasia (PSDB/MG) /

Próximos Passos: Plenário



PEC 18/2016 - SENADO Paulo Paim (PT/RS) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Previdência / Reajuste de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) Ementa: Alteram o § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para determinar que o reajuste dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) preserve os respectivos valores reais, mediante a utilização, dentre os índices inflacionários divulgados pelas entidades especializadas, daquele mais benéfico aos segurados. Resumo: Determina que o reajuste dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) preserve os respectivos valores reais, mediante a utilização, dentre os índices inflacionários divulgados pelas entidades especializadas, daquele mais benéfico aos segurados.	Despacho Atual: 12/04/2016 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. Situação Atual: 01/07/2016 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Roberto Requião (PMDB/PR) / A proferir Próximos Passos: Plenário
PLS 218/2016 - SENADO Ricardo Ferraço (PSDB/ES) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Relações de Trabalho / Contrato de trabalho intermitente Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente. Resumo: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.	Despacho Atual: 11/04/2017 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. Situação Atual: 27/04/2017 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Armando Monteiro (PTB/PE) / A proferir Próximos Passos: Comissão de Assuntos Sociais
PL 5492/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS Cabo Daciolo (PTdoB/RJ) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Servidores Públicos / Adicional de periculosidade e de insalubridade / Órgãos de segurança pública Ementa: Estabelece a periculosidade e a insalubridade para os órgãos integrantes do sistema de segurança pública, previstos em Artigo 144 da Constituição Federal. Resumo: Assegura a percepção do adicional de periculosidade e de insalubridade para os órgãos integrantes do sistema de segurança pública.	Despacho Atual: 14/06/2016 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões. Histórico de Tramitação: <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;">13/12/2016 - CSPCCO / Dep. Pastor Eurico (PHS/PE) / Pela aprovação, com emenda.</div> Situação Atual: 11/07/2017 - CTASP / Pronta para a pauta / Dep. Cabo Sabino (PR/CE) / Pela aprovação deste e da Emenda adotada pela CSPCCO, com Substitutivo. Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



**PL 5479/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Rogério Peninha Mendonça
(PMDB/SC)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposição Principal:
PL 4977/2016 - CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Tema: Sindical / Prestação de contas pelas entidades sindicais ao TCU

Ementa: Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a transparência na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Resumo: Acrescenta artigo à CLT, para estabelecer a prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Despacho Atual: 14/06/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

Situação Atual: 14/06/2016 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. André Figueiredo (PDT/CE) / Apensado ao PL 4977/2016

Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

**PEC 199/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Senado Federal

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Servidores Públicos / Quadro de servidores dos ex-territórios

Ementa: Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

Resumo: Prevê a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas.

Despacho Atual: 01/04/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Histórico de Tramitação:

07/06/2017 - PLEN / Relator não informado / Aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 199 de 2016, ressalvados os destaques. Sim: 433; Não: 16; Abstenção: 2; Total: 451.

13/12/2016 - CESP / Dep. Maria Helena (PSB/RR) / [Pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 12 apresentadas na Comissão Especial, e no mérito pela aprovação desta, com emendas, e pela rejeição das Emendas de nº 1 a 12 apresentadas.](#)

Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Marcos Rogério. Destaque nº1, da Bancada do PDT, declarado prejudicado, em decorrência da aprovação do texto da Relatora.

23/08/2016 - CCJC / Dep. Laura Carneiro (PMDB/RJ) / [Pela admissibilidade](#)

Situação Atual: Data não informada - PLEN / Plenário - Votação em 2º turno / Relator não informado / Parecer não informado

Próximos Passos: Sanção Presidencial

**PL 4914/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Senado Federal - Marcelo
Crivella (PRB/RJ)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Relações de Trabalho / Efeitos pecuniários do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade

Ementa: Altera o art. 196 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade.

Resumo: Dispõe sobre os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade.

Despacho Atual: 03/04/2009 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 12/04/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Apensado ao PL 2549/1992

Esclareço, por oportuno, que o PL 2.549/92 e seus apensados encontram-se prontos para figurar na Ordem de Dia, tendo em vista a aprovação dos pareceres da CCJC, CTASP e CDEIC.

Próximos Passos: Senado Federal

**PL 4375/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

João Derly (REDE/RS)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Jurídico - Trânsito / Emissão de autorização provisória de condução

Ementa: Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para dispor sobre emissão de autorização provisória de condução.

Resumo: Institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre emissão de autorização provisória de condução.

Despacho Atual: 22/02/2016 - CVT - Comissão de Viação e Transportes e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

Situação Atual: 06/07/2017 - CVT / Pronta para a pauta / Dep. Aliel Machado (REDE/PR) / [Pela aprovação deste, e da Emenda 1/2016 da CVT, com substitutivo.](#)

Próximos Passos: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 4489/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Cabo Sabino (PR/CE)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposição Principal:
PL 1594/2011 - CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Tema: Segurança / Atividades de guarda e de vigilância de estabelecimentos prisionais

Ementa: Altera a redação do art. 3º do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências", para vedar o emprego de policiais militares nas atividades de guarda e de vigilância das áreas internas e externas dos estabelecimentos prisionais e nas de transporte e escolta de presos.

Resumo: Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, para vedar o emprego de policiais militares nas atividades de guarda e de vigilância das áreas internas e externas dos estabelecimentos prisionais e nas de transporte e escolta de presos.

Despacho Atual: 24/08/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 29/02/2016 - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Apensado ao PL 1594/2011

Próximos Passos: Localização não informada



**PL 1594/2011 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Rose de Freitas (PMDB/ES)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposições Apensadas:

PL 4489/2016 - CÂMARA
DOS DEPUTADOS

Tema: Segurança / Custódia de presos

Ementa: Dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.

Resumo: Dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.

Despacho Atual: 24/08/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 29/02/2016 - PLEN / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

Próximos Passos: Senado Federal

**PL 4544/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Comissão de Legislação
Participativa

Categoria da Proposição:
Prioritária

Proposição Principal:
PL 8178/2014 - CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Tema: Administração Pública / Assédio moral por agente público

Ementa: Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar como ato de improbidade administrativa a prática de assédio moral por agente público.

Resumo: Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar como ato de improbidade administrativa a prática de assédio moral por agente público.

Despacho Atual: 08/12/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 03/03/2016 - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Apensado ao PL 8178/2014

Próximos Passos: Localização não informada

PLS 214/2016 - SENADO

Paulo Paim (PT/RS)

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Previdência / Aposentadoria especial / Agentes de trânsito

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social.

Resumo: Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social.

Despacho Atual: 18/05/2016 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Situação Atual: 21/03/2017 - CAS / Aguardando parecer / Sen. Romero Jucá (PMDB/RR) / A proferir.

Próximos Passos: Plenário



<p>PLS 302/2016 - SENADO</p> <p>Paulo Paim (PT/RS)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Previdência / Instituição do programa de recuperação de aposentadorias e pensões</p> <p>Ementa: Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, § 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.</p> <p>Resumo: Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real.</p>	<p>Despacho Atual: 02/08/2016 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de CAE - Comissão de Assuntos Econômicos - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p>Situação Atual: 22/03/2017 - CAS / Aguardando parecer / Sen. Otto Alencar (PSD/BA) / A proferir.</p> <p>Próximos Passos: Comissão de Assuntos Econômicos</p>
<p>PEC 260/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p>	<p>Tema: Servidores Públicos / Revisão geral anual da remuneração de servidores públicos</p> <p>Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 37 da Constituição Federal para estabelecer data certa para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências.</p> <p>Resumo: Estabelece data certa para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.</p>	<p>Despacho Atual: 19/08/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p>Situação Atual: 22/08/2016 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p>Próximos Passos: Comissão Especial</p>
<p>PEC 181/2003 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Josias Quintal (PMDB/RJ)</p> <p>Categoria da Proposição: Prioritária</p> <p>Proposição Principal: PEC 534/2002 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p>Tema: Segurança / Unificação das polícias</p> <p>Ementa: Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Resumo: Altera o art. 144 da Constituição Federal, para tratar sobre as competências das Polícias Civis e Militares a possibilidade de atuação em todas as funções policiais (polícia administrativa e judiciária), unifica as competências das polícias estaduais.</p>	<p>Despacho Atual: 03/10/2005 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p>Situação Atual: 03/08/2016 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Relator não informado / Apensada à PEC 151/1995, que foi apensada à PEC 534/2002</p> <p>Próximos Passos: Plenário</p>



**PL 6427/2016 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Poder Executivo

Categoria da Proposição:
Prioritária

Tema: Previdência / Reavaliação dos benefícios auxílio-doença e aposentadoria por invalidez

Ementa: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

Resumo: Trata-se de projeto apresentado em substituição à MP 739/2016, que perdeu eficácia, e que estabelecia, entre outras coisas, que o segurado aposentado por invalidez ou em gozo do auxílio-doença poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente. Além disso, institui, por até 24 meses, o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade - BESP-PMBI, que será devido ao médico perito do INSS por cada perícia médica realizada, e corresponderá ao valor de R\$ 60,00 por perícia.

Despacho Atual: 22/11/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. Sobresta a pauta de Plenário a partir de 20/12/2016.

Histórico de Tramitação:

14/12/2016 - CSSF / Dep. Jones Martins (PMDB/RS) /
[Pela aprovação deste, e pela rejeição de todas emendas apresentadas.](#)

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zenaide Maia, Jorge Solla, Flavinho, Benedita da Silva, Pepe Vargas e Silas Freire, ressalvados os destaques: Destaque, da bancada do PT, para Votação em Separado do Art. 1º do PL 6427/2016; Destaque, da bancada do PT, Supressivo do §9º do Art. 60 da Lei 8213/1991, alterado pelo Art. 1º do PL 6427/2016; Destaque, da bancada do PT, Supressivo do Art. 11 deste PL e, por decorrência, o parágrafo único do Art. 27 da Lei 8213/1991, alterado no Art. 1º do PL 6427/2016.

Situação Atual: 05/04/2017 - PLEN / Tramitação simultânea nas comissões e em plenário / Dep. A Designar (l) /

CTASP: a definir

Comissão de Finanças e Tributação
(CFT)

Relator: Dep. Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

CCJC: a definir

Próximos Passos: Senado Federal



PLS 408/2016 - SENADO	Tema: Sindical / Vedação de imposição compulsória de quaisquer contribuições sindicais	Despacho Atual: 08/11/2016 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Ivo Cassol (PP/RO)	Ementa: Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar ao sindicato da categoria profissional a imposição compulsória de quaisquer contribuições, salvo o imposto sindical, aos trabalhadores a ele não filiados.	Situação Atual: 22/03/2017 - CAS / Aguardando parecer / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / A proferir.
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para vedar ao sindicato da categoria profissional a imposição compulsória de quaisquer contribuições, salvo o imposto sindical, aos trabalhadores a ele não filiados.	Próximos Passos: Câmara dos Deputados
PL 6561/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Relações de Trabalho / Arbitragem nos conflitos do trabalho	Despacho Atual: 05/12/2016 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	Ementa: Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, para estender sua aplicação aos conflitos individuais e coletivos do trabalho.	Situação Atual: 10/05/2017 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Bohn Gass (PT/RS) / A proferir
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Altera a Legislação que dispõe sobre a arbitragem para estender sua aplicação aos conflitos individuais e coletivos do trabalho.	Próximos Passos: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)
PL 6662/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	Tema: Segurança / Lei Orgânica da Segurança Pública	Despacho Atual: 04/01/2017 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Comissão Especial destinada a elaborar proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil	Ementa: Projeto de Lei, de autoria da Comissão Especial destinada à elaborar Proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública do Brasil, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública".	Situação Atual: 30/03/2017 - CSPCCO / Aguardando parecer / Dep. Alberto Fraga (DEM/DF) / A proferir
Categoria da Proposição: Prioritária	Resumo: Projeto de Lei, de autoria da Comissão Especial destinada à elaborar Proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública do Brasil, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública".	Próximos Passos: Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



PLS 459/2016 - SENADO Antonio Anastasia (PSDB/MG) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Administração Pública / Regime Jurídico de Contrato de Desempenho Ementa: Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. Resumo: Regulamenta o § 8º do art. 37 da Constituição Federal, no tocante à contratação de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, com objetivo de estabelecer metas de desempenho supervisionado, com os respectivos prazos de execução e indicadores de qualidade, tendo como contrapartida a concessão de flexibilidades ou autonomias especiais.	Despacho Atual: 13/12/2016 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões. Situação Atual: 31/05/2017 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. Simone Tebet (PMDB/MS) / Pela aprovação. Próximos Passos: Câmara dos Deputados
PLS 51/2017 - SENADO Raimundo Lira (PMDB/PB) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Sindical / Proibição de contribuição sindical Ementa: Proíbe a cobrança de contribuição sindical de servidores públicos que não sejam filiados a sindicato da categoria profissional. Resumo: Veda a cobrança de contribuição sindical de servidores públicos que não sejam filiados ao sindicato da categoria profissional.	Despacho Atual: 14/03/2017 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões. Situação Atual: 06/04/2017 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Armando Monteiro (PTB/PE) / A proferir Próximos Passos: Câmara dos Deputados
PEC 12/2017 - SENADO Thieres Pinto de Mesquita Filho (PTB/RR) Categoria da Proposição: Prioritária	Tema: Relações de Trabalho / Redução da jornada de trabalho Ementa: Dispõe sobre a duração do trabalho normal que não poderá ser superior a seis horas diárias e trinta semanais, nas condições que especifica. Resumo: Altera o art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho para 6 horas diárias e 30 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.	Despacho Atual: 29/03/2017 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. Situação Atual: 30/03/2017 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado Próximos Passos: Plenário

